

Cultura do medo e terror: as práticas repressivas da ditadura civil-militar brasileira aos exilados brasileiros na década de 1970

JULIO MANGINI FERNANDES¹

Este trabalho tem como intuito elucidar alguns aspectos a respeito das práticas repressivas da ditadura civil-militar brasileira aos exilados brasileiros na década de 1970 como mecanismos de propagação do terror e do medo generalizado.

Minha expectativa quanto ao tema é pensar alguns pontos centrais das práticas repressivas organizadas e executadas sistematicamente por militares que se apropriaram de manifestações por parte de alguns grupos sociais, sobretudo aqueles que faziam parte de uma elite dominante², e quais foram seus usos e para quais finalidades, principalmente no diz respeito de lideranças políticas durante e após o regime ditatorial que se mantiveram no poder sob a carapuça de defensores da democracia.

O golpe civil-militar no Brasil, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional – DSN e instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra – ESG, estava resguardada a partir de parâmetros dos Estados Unidos – EUA no combate ao chamado “comunismo internacional”, cujo maior ícone era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Essa guerra promovida pelos EUA instrumentalizou e sistematizou uma aliança interamericana de assistência militar à maioria dos países que compunham o mundo ocidental, com claro intuito de aniquilar as possibilidades de avanço comunista no mundo ocidental.

Em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pela Lei nº 785/49, integrando a estrutura do Ministério da Defesa, vinculada hoje ao Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa³. Teve o apoio estadunidense e francês, cujo

¹ Professor do Centro Universitário UNIVAG. Mestre em História pela UFMT.

² Compreende-se *elite* nesse texto, aquela que detém o monopólio econômico, midiático, da posse da terra, atrelado ao latifúndio e algumas lideranças políticas que não simpatizavam e tampouco apoiavam o governo civil de João Goulart, legalmente constituído e democrático. Ver concepção de autores tais como ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e TOLEDO, C. N. de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004.

³ Informação veiculada em www.esg.br

maior interesse era formar quadros de alto nível com a função de direcionar, planejar e orquestrar a doutrina de segurança nacional no país.

Desta forma, é necessário destacar o uso da cultura do medo⁴, utilizada por parte de civis e militares, antes e durante todo o período autoritário repressivo que se iniciou em 1964 com o Golpe. Dessas, vou me ater a algumas práticas, principalmente aquelas que ocorreram seguidamente ao momento conhecido como “linha dura” da Ditadura Civil-militar brasileira e sintonizada com os países vizinhos latino-americanos do sul, região também conhecida como Cone-sul da América do Sul, formado pela Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil(SAIN, 2000).

Destaco as relações entre os países do Cone Sul que montaram e arquitetaram a chamada Operação Condor, idealizada pelos comandantes da Ditadura Chilena e que teve respaldo principalmente nos comandos repressivos da Argentina e do Uruguai, mas que também teve ecos no Brasil, em termos de efetividade. Tais concepções promoveram invasão de domicílios de suposto acusado de “subversão”, seqüestro como detenção, a contra-informação, paranóia generalizada da sociedade, consolidação do termo comunista como sinônimo de, entre outras coisas, “terrorista”, “assassino”, “seqüestrador” e “comedor de criancinhas”. Além disso, houve a criação de centros clandestinos de detenção, tortura, desaparecimento de centenas de pessoas, morte e ocultação de cadáver. As vítimas desses atos ilícitos, clandestinos, ilegítimos e ilegais eram aterrorizadas e foram muitas, mas que podem ser representadas por dois grupos: o primeiro era formado por estudantes, trabalhadores e sindicalistas envolvidos com algum movimento social, seja ela estudantil, dos trabalhadores ou na esfera sindical, todos eles lutando tanto por melhorias estruturais no Brasil, sejam esses movimentos auto-intitulados comunistas/socialistas ou não. O questionamento das desigualdades sociais ou que propusesse mudanças para a sociedade eram taxadas de ideais comunistas e eram fortemente tripudiadas por setores conservadores da sociedade, mesmo elas sendo feitas por organizações não-revolucionárias, e até mesmo por aqueles que proclamavam a modificação da sociedade, como era o caso das organizações

⁴ Quanto a esse aspecto é importante destacar o recente trabalho de dissertação de Mestrado de Caroline Silveira Buer, sob título de “Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)”, defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2006.

comunistas que exigiam o fim do capitalismo e a construção do mundo social e politicamente igualitário, ou seja, o comunismo.

Essas manifestações entrariam no rol daquilo que ficou conhecido como “subversão” e “comunismo internacional” e que seria fortemente combatido com o implante da Ditadura Civil-militar. Para os militares, qualquer sinal de crítica da sociedade e do período Ditatorial era enquadrado como “terrorismo” e, portanto, considerado crime grave e que deveria ser prontamente reprimido e eliminado.

O outro grupo era mais abrangente, e envolvia desde setores médios, setores mais desfavorecidos socialmente e economicamente, que faziam parte da sociedade. Esses sofriam com a privação das liberdades individuais, a não garantia de efetivação das necessidades básicas e obrigações do Estado (e ainda continuam sofrendo) e, principalmente o temor de uma personagem criada pelos ditadores e apoiadores dessa Ditadura que são os chamados “comunistas”, figuras “diabólicas” que ameaçavam a ordem da sociedade brasileira, no discurso das autoridades militares, mas que representavam o contraponto da lógica capitalista, ocidental, cristã.

Essa repressão e perpetuação da idéia do comunista que ameaçava constantemente os brasileiros, provocava uma paralisia desejada à sociedade, com claro intuito de legitimar as ações dos líderes ditatoriais e eliminar toda e qualquer oposição que não fosse consentida. Em nome da Democracia, se destituiu a própria democracia mantendo apenas alguns representantes e instituições de fachada para tentar acobertar o viés autoritário, repressivo e terrorista da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Brasil: Mostre sua cara!

Muito se tem dito a respeito de Terrorismo de Estado e nomeando apenas aqueles países que tiveram números muito altos de pessoas mortas e/ou desaparecidas, como terroristas. Segundo Maria Celina de Araújo (2000) houve cerca de 30 mil mortos e desaparecidos na Argentina, enquanto no Chile foram 3.500, sendo assim, os países que mais mataram em se tratando de Ditaduras Civil-Militares no Cone Sul.

Essas concepções consideram que para haver o “terror”, haveria de ter morte generalizada, como se aterrorizar fosse apenas simbolizado por números de mortos oficializados. Mas qual o limite entre o terror e o não-terror? Um pouco na linha de pensamento de Jacques Derrida, podemos pensar essa questão:

Não é possível aterrorizar sem matar? Não é possível que ‘deixar morrer’, ‘não querer saber se outros são deixados à morte’ – centenas de milhões de seres humanos, de fome, AIDS, falta de tratamento médico, etc – também constitua parte de uma estratégia terrorista ‘mais ou menos’ consciente deliberada? Todas as situações de opressão estrutural social ou nacional produzem um terror que não é natural... sem que aqueles que dele se beneficiem cheguem jamais a organizar atos terroristas ou a serem tratados como terroristas (DERRIDA, 2006, p.56).

Nas ditaduras militares de Segurança Nacional (SN) no Cone Sul da América do Sul o único terrorismo que naquela ocasião se manifestava na América do Sul residia na organização de grupos políticos clandestinos (a atividade partidária estava interdita, podendo funcionar apenas facções consentidas). Enquanto as requintadas práticas de tortura sobre presos políticos, a execução de milhares deles sem processo e julgamento, o seqüestro dos filhos de diversos assassinados ou desaparecidos, nada disso era percebido como terrorismo, mas “reação preventiva”.

São, portanto, compreensíveis as dificuldades para a conceituação jurídico-penal do terrorismo. As razões pelos quais o termo “Terrorismo” é aplicado em um caso e não no outro parecem ter pouco a ver, segundo Nilo Batista, com a natureza dos atos: elas derivam dos interesses da reação oficial a tais atos.

Nilo Batista faz bem lembrar que, a “intimidação generalizada” elemento central dos delitos de Terrorismo provém historicamente do terrorismo de Estado, o mais especificamente do emprego terrorista do poder punitivo estatal. Robispierre faz uma relação retórica no que diz que a primeira máxima política deve ser conduzir o povo pela razão e os inimigos do povo pelo terror.

O pensamento de Daniel Frontalini segue essa linha de pensamento ao se pensar que, “el ejercicio criminal del poder supremo del Estado, sin estar sometido a control alguno, mediante um sistema organizado y alentado desde sus estructuras para el logro de sus fines” (FRONTALINI, 1984, p.83) se constitui em Terrorismo de Estado, o pior e mais perverso e por uma razão simples:

si soy agredido en mis derechos, libertades o propiedad por otro individuo o por un grupo, siempre me asiste el recurso de acudir a las fuerzas públicas de que dispone mi Estado para mi *defesa*. Por el contrario, si la agresión parte de las mismas fuerzas públicas, entonces mi estado de indefensión es absoluto, puesto que no existen instancias superiores para mi resguardo dentro del Estado. De ahí que el grado

de criminalidad que importa este terrorismo sea mucho mayor que el que pudiera ejercer grupo alguno (FRONTALINI, 1984, p.83).

A partir desse prisma, podemos observar as estratégias formatadas não só pelo Brasil, mas pelos outros países que organizaram e sistematizaram mecanismos de repressão em âmbito nacional e internacional que, com a Operação Condor, só aumentou a eficácia desses dispositivos (justiça militar, tortura, morte, ocultação de cadáver, censura, perseguição, prisão sem mandato, propaganda etc). Ao promover tais atitudes as Ditaduras Civil-Militares do Cone Sul não estavam promovendo excessos (todo aparato repressivo possuía uma inteligência e um sistema organizacional de informação) tampouco estavam em guerra, com táticas “sujas”.

A partir de 1967, com a incorporação por decretos leis da Doutrina de Segurança Nacional, os acusados de crimes políticos – e brevemente qualquer assalto a banco, independentemente da motivação, passaria à jurisdição político-militar – seriam conceitualmente tratados como “inimigos interno”. Naqueles tempos, o DOPS expedia um “atestado ideológico” que evocava os “*certificats de civisme*” da “lei dos suspeitos” (BATISTA, 2006, p. 13).

A instabilidade jurídica como marca dos sistemas penais de terror, foi também realimentada por esses cortes nos direitos públicos subjetivos à disposição dos acusados. Neste sentido, nada impulsionou mais o Terrorismo de Estado do que a legislação adequadamente chamada de “combate” ao terrorismo de Contestação.

Porventura não seria o Terrorismo de Estado (pela via do emprego terrorista do poder punitivo estatal) precisamente, nessa etapa pós-industrial a condição da expansão do capitalismo financeiro transnacional – e, portanto, dos Estados neoliberais – através da “intimidação generalizada” da neutralização penitenciária e mesmo do extermínio físico dos contingentes humanos “inúteis” para a “nova economia”, ou recalcitrantes ao imperialismo econômico global?

Desta forma, chegamos à constatação paradoxal de que o aparelho por excelência capaz da criação real ou potencial de terror ou intimidação generalizada é o sistema penal do Estado.

É preciso libertar-nos do mito da tolerância moderna acerca do crime político, considera Nilo Batista. A nova classe dominante tratará de pontualmente reprimir com dureza todo delito que tenha a pretensão inadmissível de alterar qualquer cláusula do “contrato social”. A figura do terrorismo foi construída a fim de limitar a benignidade

de tratamento outorgado internacionalmente aos crimes políticos. Na intimidação generalizada, aprendemos que seu lugar por excelência é o terrorismo de Estado que nasce historicamente como emprego terrorista do poder punitivo estatal.

Alguns pesquisadores, no Brasil e no exterior abordam as ditaduras que seguiram à risca a Doutrina de Segurança nacional, assim como aquela que se iniciou com o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, como praticante não de excessos, mas de ações bem planejadas:

Seus defensores [da DSN] não atacam as forças guerrilheiras senão a governos legítimos, adotando para a luta contra seus oponentes a forma de um “Terrorismo de Estado”; este por sua vez, estabelece uma ordem interna carregada de conflitos e contradições, na medida que dele não derivam segurança, nem paz e nem liberdade para a população. Seu alvo real é a democracia. Contrariamente, apregoa-se a destruição da democracia para envolvê-la e salvá-la. Pela própria natureza, a DSN infere não só que o Estado democrático é incapaz de auto defender-se pela via democrática frente às distintas formas de subversão, senão que, principalmente, a democracia é um “caminho certo” que permite que as ideologias “estranhas” possam democraticamente, conquistar o poder (TAPIA VALDÉS, 2004, p.45).

A Operação Condor: Brasil e Argentina

É inegável que, ao investigar os crimes cometidos durante as Ditaduras Civil-Militares do Cone-Sul pelas Juntas Militares, processos esses que envolveram pessoas que ainda se encontram vivas e representam a memória de um tempo recente, há uma profunda disputa e luta pela memória e justiça. Vale ressaltar que, ao estudar o tema, se incorpora ao texto desenvolvido muito das subjetividades do pesquisador, sua própria experiência, suas crenças e emoções. Segundo Elizabeth Jelin, é possível “que la convivencia humana – aun entre grupos diversos y en conflicto – es posible y deseable, aunque sin duda difícil”(JELIN, 2002, p.43)

Desta forma, a busca por investigação dos arquivos do Terror que se encontram nesses países do Cone-Sul, provocados principalmente pelas investigações das comissões “Nunca Mais” e mais recentemente, com a descoberta dos arquivos de

Assunção⁵ explicitam mais ainda a necessidade de estudos e debates a cerca do passado presente que, para muitos, deve ser esquecido e não mais lembrado.

Segundo Nilson Mariano (2003) as primeiras reuniões que criaram a Operação Condor ocorreram em Santiago do Chile, no final do ano de 1975, e foram originadas e organizadas pela DINA – Direção de Inteligência Nacional do Chile, polícia secreta do Chile e tinha como chefe o Coronel Manuel Contreras. Vale ressaltar que, a institucionalização dessas práticas não exclui o que já ocorria entre os países membros da Operação Condor, que eram os intercâmbios de informações e ações recíprocas.

Através do aparato da propaganda, começou a veicular através dos meios de comunicação a idéia de que o Chile estava sendo invadido por terroristas do *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria* – MIR, financiado externamente, pela Argentina. Com esse argumento, e o auxílio da Secretaria de Inteligência do Estado Argentino – SIDE – justificou todas as atitudes do terrorismo estatal, envolvendo, perseguindo, torturando e matando pessoas inocentes.

Esta ação organizada pelo terrorismo de Estado de países do Cone Sul foi projetada para quando precisar matar ilicitamente, de forma criminosa, tendo como principal aliada e como suporte, a DINA. Através de cartas e memorandos, era assim que funcionava a DINA no Exterior, demonstrando vasto nível de contato em atuação com apoio das forças de segurança argentina para permitir operações de seqüestro, torturas e desaparecimentos de pessoas consideradas inimigas do regime de Pinochet.

O intuito dessa organização era derrubar as fronteiras geográficas e políticas entre as ditaduras civil-militares do Cone Sul, desrespeitando tratados de proteção a refugiados e violando praticamente todos os artigos da Carta Internacional dos Direitos Humanos⁶. Isso significou que o terror passou a agir e circular sem passaporte. Segundo Nilson Mariano,

nas incursões além-fronteiras, não foram apanhados somente guerrilheiros e militantes marxistas – os alvos imediatos – mas

⁵ Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Parte do acervo e instrumentos de tortura, estão expostos no “Museo de la Memoria”, em Asunción. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/CDyA/index.htm>>

⁶ Declaração Universal dos Direitos do Homem - Adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

também ex-presidentes, ministros, parlamentares, generais legalistas, sindicalistas, estudantes, intelectuais, enfim, todos que ousassem discordar (2003).

A Operação Condor foi dividida em três fases: a primeira, tinha como intuito a formulação de um banco de dados, que deveria ser financiado, manejado e alimentado pelos países membros. Para eficácia desse banco de dados, foi proposto uma central de informações, dispondo de telefones, telex e correios (tecnologias da época), além da criação de um alfabeto próprio, cifrado.

A segunda fase foi constituída das execuções e atentados além das fronteiras, ou seja, prisões e táticas de ocultação de cadáveres foram usadas.

No auge da Operação Condor, uma lista de líderes políticos foi feita para serem mortos:

Em um lapso de pocos años, una lista extraordinária de líderes políticos y militares de los países del extremo sur de América perdieron sus vidas o fueron blanco de intentos de asesinato. Las víctimas y los objetivos tenían em común lo siguiente: se oponían a las dictaduras militares anticomunistas que controlaban gran parte de América Latina, y vivían em lo que ellos pensaban era um exílio seguro. Algunos habían recurrido a la violencia; la mayoría tenía la jerarquía o importancia suficiente para calificar como alternativa democrática a los jefes uniformados a quienes se esforzaban por expulsar del poder. Em todos los casos, los gobiernos militares habían llegado a gobernar com el firme respaldo de Estados Unidos, y em todos los casos eran los jefes militares, a menudo em estrecha colaboración unos com otros, los que organizaban los equipos de asesinos y los enviaban a sus misiones terroristas (DINGES, 2004, p. 94).

Foi o que aconteceu com Carlos Prats – general chileno, ministro do interior e vice-presidente do Chile no governo de Salvador Allende. Prats indicou Augusto Pinochet para ser ministro de Exército no governo democrático e socialista de Allende, o qual, todavia, orquestrou um golpe militar para derrubar o socialismo no Chile, o que fez com que Carlos Prats se exilasse na Argentina fugindo da perseguição e repressão do governo ditatorial chileno.

Todavia, com auxílio do governo argentino, o agente civil chileno Enrique Lautaro Arancibia Clavel⁷ assassinou na noite de 29 para 30 de setembro de 1974, em

⁷ Foi condenado em 2000 pelos crimes que cometeu na ditadura chilena. Disponível em <http://www.elperiodista.cl/newtenberg/1704/article-64557.html> acessado no dia 13 de abril de 2006.

Buenos Aires, Carlos Prats e sua esposa, Sofia Cuthbert. O homicídio de Prats, como outros casos de perseguição, seqüestro e eliminação de pessoas consideradas inimigas dos regimes de direita do Cone Sul é uma das peças chaves por detrás da nefasta organização autodenominada “Condor”.

Vale ressaltar que a ação foi conjunta e financiada com dinheiro, apoio logístico e treinamento oferecido pelo governo dos Estados Unidos, na tentativa de legitimar ações de procura, caça e captura, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos e eliminação de dirigentes políticos. Cidadãs e cidadãos dos países envolvidos nas ditaduras militares, considerados terroristas por terem algum vínculo com o comunismo, entravam em uma lista, na qual eram nomeados por códigos de números e cifras. Todo esse aparato era para combater o chamado “Terrorismo Internacional”, na Argentina, no Brasil e em os outros países do Cone Sul.

Ocorreram ainda, durante o período das suas atividades, trocas de prisioneiros e de “desaparecimentos”, não importando quais eram as suas nacionalidades. A jurisdição da operação se dava em todos os países envolvidos ao mesmo tempo, e era dinâmica de modo a evitar a burocracia nas trocas de informações.

A terceira fase os assassinatos em territórios europeus e norte-americanos, como foi o caso de Orlando Letelier, em junho de 1976. Esta ação fazia parte da terceira e mais secreta fase da Operação Condor, e que:

consistiu em formar equipes especiais dos países membros a fim de que viajassem por todo mundo e executassem sanções, que incluíam até assassinatos, contra supostos terroristas ou que apoiassem suas organizações, ou seja, contra adversários políticos dos regimes militares instalados no Cone Sul (BANDEIRA, 2008).

Orlando Letelier, ex-ministro de Defesa e de Assuntos Exteriores do Chile foi assassinado em 21 de Setembro de 1976, quando seu carro explodiu com uma bomba em Washington, o que repercutiu muito no Chile. Ele possuía prestígio público, pois defendia os direitos humanos, mas ameaçava o governo Pinochet com a denúncia do regime ditatorial. O ex-chefe da DINA, Manuel Contreras foi condenado pela justiça norte-americana em 1995, responsabilizado pela morte de Letelier.

Foi, portanto, uma organização criminosa, apoiada nas próprias esferas institucionais com intuito de conspirar, desenvolver e executar um plano sistemático de

detenções ilegais, seqüestros, torturas seguidas de morte, ocultação de cadáver e expulsões de milhares de pessoas do país.

Vale ressaltar que as ditaduras cooperaram entre si, mas possuíam peculiaridades. No Chile predominou os fuzilamentos coletivos, no Uruguai os grandes cárceres, no Paraguai os grandes campos de concentração, e na Argentina houve o extermínio em massa e ocultação de cadáveres. O Brasil utilizou-se de uma forma bem sutil, porém tão devastadora quanto à dos países vizinhos, o terror psicológico, através da contra propaganda e informação, além de ameaças a familiares e amigos dos “subversivos” seqüestrados e torturas.

As ações repressivas aos brasileiros na Argentina

Os militares brasileiros com o Golpe de 1964 criaram sucessivos Atos Institucionais, com intuito de defender a posição das Forças Armadas e a manutenção do poder militar e dos valores capitalistas no Brasil. Foram cassados mandatos de governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores, prisão de políticos, demissão de centenas de funcionários públicos e nomeação de militares para esses cargos; eleição indireta para Presidente da República e governadores. Foi implantado o Serviço Nacional de Informações – SNI, e a extinção e proibição dos partidos políticos. Apenas os partidos Arena (Aliança Renovadora Nacional), e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foram permitidos, os quais representavam o partido da situação e da oposição de fachada, respectivamente.

O Centro de Informação do Exterior – CIEX era uma das ramificações do SNI, e foi criado em 1966 e vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. O CIEX tinha como função agir de forma especializada, buscando e analisando conjunturas de países vizinhos, fazer encaminhamento e responder, através de dados, informações e processos anteriores e pedido de antecedentes, monitorando os brasileiros que buscavam exílio em países democráticos, e em questão, na Argentina.

Os documentos eram caracterizados como confidenciais, secretos e ultra-secretos e possuíam grau de avaliação indo de A-1, A-2, A3 (que representava alta confiabilidade nas informações) chegando até C-3, possuindo pouca precisão e certeza nas informações. Eles eram coletados e enviados por informantes do CIEX a outros

centros de informação, montando assim uma ampla rede de informações interligada: o Centro do Informação do Exército – CIE, o Centro de Informação da Marinha – CENIMAR e o Centro de Informação da Aeronáutica – CISA eram os principais correspondentes, além do próprio SNI⁸.

Segundo Exedito Filho (1992), cerca de 400 militares estavam envolvidos diretamente com operações clandestinas, cuja função era dismantelar grupos e organizações de esquerda que combatiam a Ditadura Militar. A esquerda, por sua vez, era formada por cerca de 50 grupos, 13 mil militantes os quais resistiam, ou pegando em armas ou agindo pacificamente.

Nesse sentido, é importante destacar as obras de dois ex-guerrilheiros e presos políticos que sofreram perseguições tanto dentro como fora do Brasil, em especial na Argentina: João Carlos Bona Garcia e Aluizio Palmar. Ambos passaram pouco tempo nesse país, justamente porque mesmo não tendo sofrido golpe militar propriamente dito, a repressão existia no governo de Juan Perón e, após sua morte, se consolidou com a chamada *Triple A*.⁹ Nessas obras, eles relatam suas experiências no exílio, demonstrando suas táticas de sobrevivência, contando seus erros e mostrando quais eram as táticas das guerrilhas destroçadas, como era o caso do grupo que eles participavam, o VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, para fugir dos oficiais do Departamento de Ordem Política e social – DOPS (BONA GARCIA, 2005).

Este mundo clandestino e, ao mesmo tempo institucionalizado mais tarde, com o decreto do Ato Institucional nº 5 da repressão militar, promovia uma guerra suja com a cooptação de militantes de esquerda, a fim de serem informantes do Exército, infiltrados nos partidos e grupos de oposição, principalmente aqueles que reivindicavam o socialismo e o comunismo através da luta armada. Desta forma era possível minar as

⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

⁹ No início do ano de 1973, período esse caracterizado pelo intervalo de ditaduras militares, é criado um grupo paramilitar terrorista de ultradireita chamado *Alianza Anticomunista Argentina (AAA)*. Também conhecido como *Triple A*, a AAA levou a cabo vários atentados contra pessoas ligadas a alas progressistas e de esquerda da Argentina. Possuía pessoas ligadas ao governo peronista e à Escola de Mecânica da Armada (ESMA) na direção dessa organização criminosa. Centenas de pessoas foram perseguidas e/ou mortas, inúmeras tiveram que exilar-se da Argentina. Isto é, mesmo antes do golpe que seria montado em março de 1976, já existia forte perseguição e repressão, inclusive nos chamados governos democráticos que duraram de maio de 1973 a março de 1976. Ver SURIANO, Juan (org.). *Nueva História Argentina: Ditadura y Democracia (1976-2001)*. Buenos Aires: Ed. Sudamérica, 2005.

ações, principalmente as do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e da VAR-Palmares (Vanguarda Revolucionária – Palmares) e VPR, em que 6 membros deste movimento foram mortos em uma emboscada (BONA GARCIA, 2005).

Os mais engajados eram os mais visados pelos golpistas e, portanto, eram os que procuravam sair do país e organizar células de oposição não só ao regime militar brasileiro, mas a todos impostos arbitrariamente na América Latina, entre eles, os do chamado Cone Sul.

Flávio Koutzii, exilado brasileiro, perseguido pelas ditaduras civil-militares brasileira e argentina, fora preso com mais duas outras pessoas gaúchas. Ele foi detido na Argentina em 1975 e libertado anos mais tarde. Flávio Tavares e Flávia Schilling foram presos pela ditadura uruguaia. Somente com a ampla mobilização da sociedade brasileira pela redemocratização do país, através da luta sindical das greves do ABC, das atividades dos intelectuais, da agitação estudantil e, especificamente, o trabalho dos comitês brasileiros pela anistia, os CBAs, enfim, resistindo, foi possível a anistia a partir de 1979, na qual Koutzii foi liberado dos cárceres argentinos após 4 anos de prisão. Segundo o próprio Flávio Koutzii,

Saí do Brasil em 1970, quando a atividade dos grupos políticos de esquerda se tornou cada vez mais precária pelo recrudescimento da repressão desde a edição do AI-5. Passei pelo Chile, onde acompanhei a primeira fase do Governo de Allende, e me transferi para a Argentina, onde retomei minha militância. Fui seqüestrado e, depois, formalmente processado e preso por atividades políticas um pouco antes do Golpe Militar do general Videla (KOUTZII, 2008).

Essa repressão clandestina, porém atuante e violenta, continuou e ainda mais forte com o golpe militar na Argentina em 1976. Era a consequência da insatisfação da direita conservadora representada pelas elites burguesas da Argentina, as quais não estavam mais aturando esse processo democrático e de crescimento de atividades e manifestações políticas populares.

A oposição dos comitês estrangeiros e grupos políticos da Argentina incomodavam o governo brasileiro, que, através do CIEX – Centro de Informações do Exterior – buscou investigar e espionar, os brasileiros que faziam oposição ao regime ditatorial militar do Brasil. Essa organização representava a repressão aberta e

institucionalizada, externamente. Era possível perceber a preocupação do governo brasileiro com a conjuntura política e com a presença de brasileiros na Argentina nos anos de 1974 e principalmente em 1975 e 1976.

A preocupação dos militares estava estampada face a uma idéia de avanço dos movimentos guerrilheiros na América Latina. No documento, com índice intitulado “A subversão importada” (CIEX nº 17, vol. 23, 20/01/75), conclui-se que,

A estratégia subversiva continental converge alternativamente para áreas-chaves, segundo o definir geopolítico da América Latina. Durante o auge dos Tupamaros, os quadros convergiram em Montevideú; o governo do general TORRES os atraiu para a Bolívia, onde se chegou a lançar as bases de um “soviete”; a gestão de SALVADOR ALLENDE atraiu ao Chile as forças subversivas. Agora, segundo o citado informe, as organizações subversivas colocam sua retaguarda na Argentina.

O acompanhamento das ações de brasileiros na Argentina demonstrava o alto nível das operações técnicas e de organização, digno de ser referência e modelo para serviços de informação de outras ditaduras militares do Cone Sul. Em seus informes há, inclusive, pedido de busca de antecedentes de suspeitos pelo fato de terem se casado com argentinas (CIEX nº 17, vol. 23, 20/01/75).

Em outro documento, além de confirmar dados pessoais do já citado Flávio Koutzii, o CIEX faz todo acompanhamento de sua trajetória; por onde ele passou, com quem, e uma nota no final pedindo com urgência os antecedentes do chamado “marginado”:

No dia 12 de maio de 1975 efetivos da Policia Militar Argentina descobriram uma célula comunista, integrada por elementos argentinos e um brasileiro. A mencionada célula se encontra a cargo de “Liga Comunista Revolucionária”.

A célula estava formada por elementos de alto nível ideológico e seu membro principal é o subversivo brasileiro FLÁVIO KOUTZII (...) nascido em Porto Alegre (RGS), em 20 de março de 1943, solteiro, professor (CIEX, nº 192, vol. 23, 19/05/75)

Vale ressaltar que esse informe dos militares brasileiros foi avaliado como A-1 indicando que, seus agentes possuíam fontes de alto nível de confiabilidade.

Considerações Finais

Esse texto busca esboçar parte da minha pesquisa de mestrado em andamento que trata dos assuntos referentes ao tema. Ao analisar essas questões visou compreender as táticas repressivas da Ditadura Civil-Militar utilizadas para coibir toda forma de contestação ao regime autoritário, através de práticas da cultura do medo e do terror, com claro intuito de promover uma paralisia e apatia social. Toda e qualquer oposição que não fosse consentida aos ditames foi brevemente aniquilada, escancarada e tripudiada pelas Forças Militares, e com apoio de muitos setores civis, seja na propaganda midiática, com valores atribuídos designados aos grupos de repressão e nas denúncias feitas.

O aparato repressivo atravessou fronteiras e se instalou graças aos sistemas de informação altamente organizado, montando uma rede complexa das instituições brasileiras de espionagem e repressão entre si e também com chancelarias estrangeiras, principalmente de países do eixo chamado Cone Sul.

Procurou destacar a repressão aos brasileiros na Argentina, visto que esse país foi o último país da América Latina a desenvolver um golpe de Estado. O aparato estatal foi usado com toda força e veemência para repreender e perseguir aqueles que contestavam a ordem vigente e se enquadravam no perfil dos inimigos comunistas. Desta forma, a prática do terrorismo de Estado foi constantemente usada, dando a Argentina a triste marca de ser a ditadura mais breve, porém, sem sombra de dúvida, correspondeu ao regime militar mais violento, brutal da América Latina. Cerca de 30 mil¹⁰ pessoas mortas ou desaparecidas neste país, enquanto no Chile, 3.500, Uruguai, 160 e Brasil 152.

O Brasil, que durante a repressão na Ditadura eliminou a vida de “apenas” 152 pessoas de forma clandestina e ilegal, se constitui um dos países que provocaram medos, angústias e silêncios. O terror usado na contra-propaganda, com táticas psicológicas de criação do inimigo da nação, ou seja, o “comunista”, podou muitas possibilidades de rumos políticos, crítico, diversificado e diferente daquele praticado nos 21 anos de Ditadura Militar. . Portanto, esboçar essas questões visam sobretudo a

¹⁰ Número informado por organismos de direitos humanos. O número oficial é de 9 mil desaparecidos políticos. Ver D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Org.). Op Cit. 2000

recuperação da memória de um tempo marcado por violências e tiranias, buscando compreender esse período da história recente brasileira e seus desdobramentos.

Referências Bibliográficas

Fontes Documentais

Centro de Informações do Exterior (CIEX). Informes nº 001 a 336. v.23. Ano: 1975. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 001 a 522. v.24. Ano: 1976. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984,

BATISTA, Nilo. *Reflexões sobre terrorismos*. IN: PASSETTI, Edson & OLIVEIRA, Salete (orgs). *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006, p. 07-56.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e Ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2006.

BONA GARCIA, J. C. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte & Cultura, 1989

D´ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone-Sul*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000. Segundo autor o número é informado por organismos de direitos humanos. O número oficial é de nove mil desaparecidos políticos.

DERRIDA, Jacques apud PELBART, Peter Pel. *Nilismo e terrorismo: ensaio sobre a vida besta*. In: PASSETTI, Edson & OLIVEIRA, Salete (orgs). *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006, p. 56.-80.

DINGES, John. *Operación Condor: Una Década de terrorismo internacionl en elCono Sur*. Santiago: Ediciones B Chile, 2004.

FILHO, Expedito. *Autópsia da sombra*. Revista VEJA. São Paulo, ed. 1262, n.º 47, p. 20-32, 18/nov. 1992.

FRONTALINI, Daniel; CAIATI, Maria Cristina. *El Mito de la Guerra Súcia*. Buenos Aires: CELS, 1984, p.83

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memória*. Madrid: Siglo ventiuno de España Editores, 2002

KOUTZII, Flávio. Disponível em
<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1831> > Acessado em 26/05/08.

MARIANO, Nilson. *As Garras do condor. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Ed. Travessa dos Editores, 2005.

SAIN, Marcelo Fabián. Democracia e Forças Armadas – entre subordinação militar e os “defeitos civis”. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone-Sul*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000, p. 22-55.

TOLEDO, C. N. de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 15-28, 2004.